

Agricultoras e feirantes: participação em feiras de comercialização e construção de autonomia

FARMERS AND MARKETS: PARTICIPATION IN TRADE FAIRS AND CONSTRUCTION OF AUTONOMY

AGRICULTORES Y MERCADOS: PARTICIPACIÓN EN FERIAS Y CONSTRUCCIÓN DE ECONOMÍA



Janete Stoffel¹

Jéssica Lopes²

Siomara Aparecida Marques³

Submissão: 08/08/2024 / Aceito: 02/08/2025

RESUMO

A presente pesquisa buscou identificar a importância da atuação em feiras de comercialização para a autonomia de agricultoras e feirantes. Realizada nas feiras livres de Palmital e Pitanga, no Paraná, envolveu sete mulheres, utilizando um roteiro semiestruturado e observação participante para identificar aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais do desenvolvimento da autonomia. A abordagem foi qualitativa, com estudo de caso descritivo e análise de conteúdo dos dados. Os resultados mostram que essas mulheres enfrentaram dificuldades e superações, desenvolvendo autonomia. Elas relataram conquistas econômicas, como participar de decisões produtivas e sobre o uso da renda. Socialmente, a interação promovida pelas feiras foi destacada, e ambientalmente, houve maior preocupação com alimentos saudáveis. No entanto, ainda há desafios a serem superados, como a redução da sobrecarga para as mulheres, especialmente em relação à divisão das tarefas domésticas e de cuidados.

Palavras-chave: Mulheres; Divisão do trabalho; Circuitos Curtos de Comercialização; Agricultura.

ABSTRACT

This research sought to identify the importance of working at trade fairs for the autonomy of farmers and market traders. Carried out at the free markets of Palmital and Pitanga, in Paraná, involved seven women, using a semi-structured script and participant observation to identify economic, social, environmental and cultural aspects of the development of autonomy. The approach was qualitative, with a descriptive case study and data content analysis. The results show that these women faced difficulties and overcoming, developing autonomy. They reported economic achievements, such as

¹Doutora em Desenvolvimento Regional. Docente na Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0689-0414>. E-mail: janete.stoffel@uffs.edu.br

² Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil. E-mail: jessicas2_lopes@hotmail.com
orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7276-5705>

³ Doutora em Sociologia Política. Docente na Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil. E-mail: siomarques@uffs.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6856-2785>



participating in productive decisions and the use of income. Socially, the interaction promoted by fairs was highlighted, and environmentally, there was greater concern about healthy foods. However, there are still challenges to be overcome, such as reducing the burden on women, especially in relation to the division of domestic and care tasks.

Keywords: Women; Division of labor; Short Marketing Circuits; Agriculture.

RESUMEN

Esta investigación buscó identificar la importancia del trabajo en ferias comerciales para la autonomía de los agricultores y comerciantes del mercado. Realizada en los mercados libres de Palmital y Pitanga, en Paraná, involucró a siete mujeres, utilizando un guión semiestructurado y observación participante para identificar aspectos económicos, sociales, ambientales y culturales del desarrollo de la autonomía. El enfoque fue cualitativo, con estudio de caso descriptivo y análisis de contenido de los datos. Los resultados muestran que estas mujeres enfrentaron dificultades y superación, desarrollando autonomía. Informaron logros económicos, como la participación en decisiones productivas y el uso de los ingresos. En lo social se destacó la interacción que promueven las ferias y en lo ambiental hubo mayor preocupación por los alimentos saludables. Sin embargo, todavía quedan desafíos por superar, como reducir la carga que pesa sobre las mujeres, especialmente en lo relacionado con la división de las tareas domésticas y de cuidado.

Palabras clave: Mujeres; División del trabajo; Circuitos cortos de marketing; Agricultura.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo buscou identificar e analisar mudanças sociais, econômicas, culturais e ambientais vivenciadas por mulheres agricultoras com produção de base familiar e residentes nos municípios de Palmital e Pitanga, na região Centro-Sul do estado do Paraná. As modificações foram observadas a partir da inserção destas mulheres em feiras livres de comercialização.

As mulheres, ao longo da história e ainda na atualidade, sofrem com a desvalorização, trivialização e invisibilidade de atividades que desenvolvem (Adelman, 2011; Rocha Rodrigues, 2019; Oxfam Brasil, 2020; Melo; Morandi, 2021; Santos; Marques; Leandrini, 2023). As obras supracitadas apontam que é frequente as mulheres estarem restritas a uma esfera doméstica subvalorizada (considerada de cuidados ou reprodutiva) e isolada de espaços públicos nos quais ocorrem as atividades consideradas mais importantes pela sociedade (considerados espaços produtivos). Assim, são limitadas na construção de competências, enquanto os homens são estimulados a desenvolver habilidades, ocupar espaços e liderar em diferentes dimensões sociais e familiares.



As agricultoras familiares desempenham importante papel social, pois ao produzir alimentos contribuem com a segurança alimentar, além de serem protagonistas em produções agrícolas mais sustentáveis. Andersson (2015) argumenta que são as mulheres quem diversificam a produção agrícola, utilizam menos produtos agroquímicos e contribuem para o desenvolvimento de um modelo de agricultura menos agressivo, além de atuarem no processamento (mesmo que mínimo) de alimentos.

A proposta de pesquisa que gerou o presente artigo foi realizada com base nos desafios que as mulheres enfrentam para o desenvolvimento de sua autonomia, da importância das agricultoras familiares para o desenvolvimento rural sustentável e dos espaços e realidades em que elas estão inseridas. O problema que se buscou responder foi: De que forma a participação de mulheres agricultoras em feiras livres de comercialização contribui para o desenvolvimento de sua autonomia?

Na busca por respostas, o objetivo geral do estudo foi identificar mudanças sociais, econômicas, culturais, ambientais que ocorreram na realidade de mulheres agricultoras após a sua inserção nas feiras livres de comercialização que ocorrem nos municípios de Palmital e Pitanga no Estado do Paraná. Assim, o artigo está estruturado em quatro seções, constituídas por esta introdução, pela metodologia, resultados e discussão, considerações finais, seguidas pelas referências utilizadas.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada nos municípios de Palmital e Pitanga, localizados no Centro-Sul do estado do Paraná. Palmital possui uma população de 13.033 habitantes, residentes em 4.748 domicílios particulares permanentes ocupados (IBGE, 2022a) distribuídos em uma área territorial de 821,313 km² e distante 384 km da capital Curitiba (Ipardes, 2024a). Em 2017, segundo o Censo Agropecuário havia 1.684 estabelecimentos agropecuários dos quais 79,5% (1.339) eram familiares e que ocupavam 34,7% (25.932 hectares) da área total, sendo a área média dos estabelecimentos familiares equivalente a 19,4 hectares (Ipardes, 2024a). Em 2021, a agropecuária representava a maior parcela do PIB, seguida pelo comércio e serviços, e pela administração pública (Ipardes, 2024a).

Pitanga conta com uma população de 33.567 habitantes, que residem em 12.309 domicílios particulares permanentes ocupados (IBGE, 2022b) e ocupam uma área territorial de 1.664,772 km², localizados a uma distância de 338 km da capital do Estado (Ipardes, 2024b). O município contava,



em 2017, com 3.008 estabelecimentos agropecuários, dos quais 77,5% (2.332) eram de agricultores familiares ocupando 30,3% (39.483 hectares) da área total dos estabelecimentos agropecuários existentes em Pitanga e a área média por estabelecimento familiar corresponde a 16,9 hectares (Ipardes, 2024b). Em 2021, o setor de comércio e serviços representava a maior parte do PIB, seguido pela agropecuária e pela administração pública (Ipardes, 2024b).

Utiliza-se de uma abordagem qualitativa e em relação aos objetivos se caracteriza como descritiva, uma vez que busca apresentar características das agricultoras e feirantes entrevistadas. A pesquisa pode ainda ser classificada como um estudo de casos pois explora situações reais, descrevendo o contexto investigado, apresentando resultados e análises sobre a realidade pesquisada. Com base nas definições de Gil (2002) os casos estudados foram das mulheres agricultoras que são feirantes nos municípios de Palmital e Pitanga. A escolha dessas duas feiras ocorreu pelo critério de acessibilidade, uma vez que uma das autoras residia em Palmital e tinha facilidade de se deslocar para Pitanga. As entrevistas foram realizadas no espaço das feiras nos dias em que elas aconteciam e aconteceram no segundo semestre de 2022.

A escolha das mulheres aconteceu a partir de um contato prévio realizado em visita às feiras, na qual foi estabelecido diálogo com todas as feirantes, explicando os objetivos da pesquisa e aquelas que se mostraram disponíveis para participar, foram entrevistadas. Um total de sete mulheres aceitou participar da pesquisa, tendo seus nomes mantidos em sigilo e identificadas como agricultoras e feirantes com numeração de 1 a 7.

Assim, o levantamento de dados a campo ocorreu com a realização de entrevistas seguindo um roteiro semiestruturado, elaborado a partir do objetivo estabelecido para a pesquisa e que buscou conhecer características da propriedade, técnicas agrícolas utilizadas, produtos resultantes, a percepção sobre as dimensões da autonomia propostas na pesquisa. Os resultados obtidos foram analisados a partir das perspectivas econômica, social, ambiental e cultural buscando analisar de que modo a participação nas feiras contribuiu para o desenvolvimento da autonomia e utilizando a análise de conteúdo a partir das orientações de Shiota, Dorsa (2021) e Bardin (2006).

3 CARACTERIZAÇÃO DAS AGRICULTORAS FEIRANTES

As feiras pesquisadas em Pitanga e Palmital comercializam produtos da agricultura familiar, oferecendo uma variedade de itens que não são necessariamente orgânicos ou agroecológicos. Realizadas em áreas urbanas, essas feiras envolvem principalmente produtores familiares e atendem



consumidores em um canal de comercialização de circuito curto. Criadas por legislação municipal, essas feiras representam uma importante política pública, ao proporcionar locais para a comercialização de produtos da agricultura familiar e promover relações de proximidade entre produtores e consumidores (Guzmán, 2001; Corona, Vasques, Godoi, 2018; Carvalho, *et al.*, 2022).

Para atender aos objetivos da pesquisa foram entrevistadas mulheres agricultoras que atuam como feirantes, buscando identificar se a participação nas feiras contribui para a construção de sua autonomia e em caso afirmativo como isto vem ocorrendo. Das sete mulheres que participaram da pesquisa, quatro comercializam na feira do município de Pitanga e três na de Palmital (tabela 1).

Tabela 1 – Características das agricultoras e feirantes entrevistadas em Palmital e Pitanga

Agricultora e feirante	Município	Idade (anos)	Escolaridade	Filhos	Estado Civil	Área (há)
1	Pitanga	62	Fundamental Incompleto	4 (Homens)	Casada	12,1
2	Pitanga	48	Fundamental Completo	2 (Homens)	Casada	7,3
3	Pitanga	27	Superior Completo	0	Solteira	4,8
4	Pitanga	50	Fundamental Completo	2 (Mulheres)	Casada	12,1
5	Palmital	20	Superior incompleto	0	Solteira	16,9
6	Palmital	40	Ensino médio completo	4	Casada	48,4
7	Palmital	34	Ensino médio completo	2	Casada	24,2

Fonte: elaborado pelas autoras (2022).

A idade das agricultoras e feirantes que participaram da pesquisa variam entre 20 e 62 anos. Duas são solteiras, sem filhos, e as outras cinco são casadas, com número de filhos que varia entre 2 e 4. As mulheres de 20 e 27 anos tem escolaridade mais elevada, sendo que a primeira está cursando o ensino superior e a outra já tem este nível concluído, parecendo indicar que as gerações mais novas parecem estar tendo melhores oportunidades para acessar níveis mais altos de escolaridade quando comparadas às mais velhas.

No caso das outras cinco mulheres, duas tem ensino médio completo, duas o fundamental completo e a mais velha o fundamental incompleto. Estes resultados dialogam com as pesquisas de Santos *et al.* (2022) e Cardoso, Berraoui e Pereira (2024). No primeiro, o percentual de agricultoras feirantes que tinham ensino médio completo era um pouco superior à metade, enquanto o segundo estudo apontou baixa escolaridade por parte de feirantes rurais, indicando que suas famílias “consideravam mais relevante o trabalho do que a frequência escolar”, além de dificuldades como difícil acesso e maternidade precoce (Cardoso; Berraoui; Pereira, 2024, p. 15).



As histórias de vida que cada uma destas mulheres tem são únicas, mas dentro desta heterogeneidade é possível constatar o caráter inclusivo das feiras. Estas mulheres são agricultoras familiares, com base no que prevê a lei 11.326, de 24 de julho de 2006 e suas alterações (Brasil, 2024) e nas suas manifestações todas se auto identificam como agricultoras familiares e feirantes.

A mais velha dentre as entrevistadas, Agricultora e feirante 1, tem 62 anos é casada e tem quatro filhos (todos agricultores), sendo que um reside com os pais na propriedade da família, em 12,1 hectares, já os demais moram em outras localidades rurais do município de Pitanga. Essa mulher vem à feira acompanhada do seu esposo. Ela mencionou que seu trabalho sempre foi na roça, seus pais eram agricultores e que reside em Pitanga há 36 anos, local em que comprou sua ‘chacrinha’ e criou os filhos. Sua escolaridade é ensino fundamental incompleto, e a atuação na comercialização de produtos diretamente aos consumidores acontece há 15 anos. Segundo ela, no início ‘vendia na rua’ e com o tempo mudou para o local atualmente utilizado para a feira. Ela relata que sente certa timidez para vender os produtos, porém é na feira que ela conhece novas pessoas, troca produtos e informações, vivenciando oportunidades para ampliar sua socialização.

A Agricultora e feirante 2 tem 48 anos, reside em Pitanga e tem dois filhos dos quais um mora com os pais, porém não participa das atividades por ter compromissos como estudante. A unidade de produção tem área de 7,3 hectares. Sua escolaridade é ensino fundamental completo e a atuação como feirante e agricultora tem origens na agricultura familiar. Ela afirma que seus pais são agricultores, residem na área rural de Pitanga, e que morou com eles até seu casamento. A partir do matrimônio mudou para a cidade onde trabalhou como diarista durante dez anos. Após isto mudou-se para outro município onde constituiu uma agroindústria e passou a produzir defumados. Após algum tempo vendeu a agroindústria e voltou a residir em Pitanga *“eu tinha minha casa e minhas coisas na cidade, vendi a minha casa e comprei uma chácara que é onde eu moro hoje, aonde eu tenho minha fábrica de defumados desde 2009”* (Agricultora e feirante 2).

A Agricultora e feirante 4 nasceu na área rural do município de Pitanga, é filha de agricultores e desde criança trabalha na agricultura. Tem 50 anos é casada e tem duas filhas, ambas menores de idade e que não compartilham dos afazeres na unidade de produção (que tem 12,1 hectares) e da feira. A filha de 14 anos trabalha como menor aprendiz em empresa localizada no meio urbano enquanto a outra de 11 anos apenas estuda. Esta agricultora comenta que faz oito anos que trabalha como feirante, que sempre foi agricultora e assim seguirá *“lutando, vivendo, trabalhando sem parar. Acordo de manhã e vou pra estribaria, meu esposo trabalha em conjunto”* (Agricultora e feirante 4).



A prioridade que agricultoras e feirantes dão aos filhos para que consigam alcançar melhores níveis escolares também foi relatada por Cardoso, Berraoui e Pereira (2024), segundo os quais a possibilidade de oportunizar aos filhos educação, que ultrapasse aquela que as mães receberam, é motivo de orgulho para as mulheres entrevistadas. Este também parece ser o sentimento das agricultoras feirantes pesquisadas em Palmital e Pitanga.

A Agricultora e feirante 6 tem 40 anos e é casada, tem quatro filhos (duas moças e dois rapazes) e reside em Palmital. A sua propriedade é a maior dentre as mulheres entrevistadas, com 48,4 hectares de área. Ela menciona que nasceu no meio rural e sempre foi agricultora, que atua na feira há 13 anos. Ela afirma que antes da feira a família se dedicava exclusivamente à produção leiteira e que a inserção neste canal de comercialização lhe permitiu passar a ter uma renda própria.

A Agricultora e feirante 7 nasceu em Palmital, é casada, tem 34 anos e dois filhos com idade de 12 e 16 anos. Ela é filha de agricultores e desde criança vive na área rural do município, e sua unidade de produção tem 24,2 hectares. A família atua na produção de leite, verduras e panificados, sendo que faz nove anos que a agricultora comercializa seus produtos na feira. Ela se considera agricultora familiar e trabalha nesta atividade desde criança, “carpindo e plantando”. Em suas palavras, “*A nossa propriedade é mais voltada pra agricultura familiar, me considero colona*” (Agricultora e feirante 7).

A presença de agricultoras e feirantes jovens é um aspecto a destacar, pois traz indícios sobre a possibilidade de sucessão rural que pode ser favorecida pelo espaço das feiras nos municípios estudados. É como afirmam Santos *et al.* (2022), o envolvimento nas atividades familiares é que permitem o repasse de conhecimentos para as próximas gerações e a continuidade do que vem sendo desenvolvido na atualidade. A Agricultora e feirante 3, do município de Pitanga, tem 27 anos é graduada em Administração, solteira e sem filhos. Ela comenta que, quando mais jovem, trabalhava no setor administrativo de uma loja de móveis. Nos dois últimos anos, passou a trabalhar com os pais no sítio da família, que tem 4,84 hectares, propriedade adquirida por meio de compra. Seu grupo familiar é constituído por pai, mãe e o futuro esposo. Em relação ao trabalho, ela menciona que “*a divisão é igual, o que um não consegue fazer o outro ajuda, você vai puxar um esterco, plantar um canteiro todos vão junto*” (Agricultora e feirante 3, 2022).

A Agricultora e feirante 5 é a mais jovem com 20 anos, reside em Palmital, é solteira e sem filhos. Durante a semana, reside na área urbana para que seja possível frequentar a Universidade. Além de estudante, ela trabalha como babá aliando esta atividade com o atendimento na feira. Seus pais sempre trabalharam no campo, sua propriedade tem 16,9 hectares e fazem parte do Movimento



de Pequenos Agricultores (MPA). Em sua manifestação, indicou que auxilia na propriedade quando seu pai precisa sair e que nos finais de semana colabora na produção da unidade familiar.

Ao observar os produtos comercializados por essas mulheres nas feiras, constata-se um leque diversificado de itens, tais como laticínios (queijo e leite); doces (cocada, doce de amendoim, pamonha); verduras (alface, rúcula, couve, couve-flor); vegetais (beterraba, brócolis, ervilha, abóbora); panificados (pães e bolachas); defumados; artesanatos e peças de roupas produzidas manualmente (crochês). A realidade produtiva apresentada dialoga com o que Câmara *et al.* (2023) destacaram em sua pesquisa, na qual a diversificação de produtos e multifuncionalidade das mulheres também foram apontadas como estratégias de autonomia.

A diversidade de produtos comercializados, pelas agricultoras e feirantes, reforça os argumentos de que a agricultura familiar é importante na oportunidade que oferece aos consumidores para que tenham acesso a uma cesta mais ampla de alimentos. Especialmente no caso brasileiro em que a dieta alimentar se restringe, em média, a um conjunto de dez alimentos (Atlas do Agronegócio, 2018), os quais não atendem às necessidades nutricionais estabelecidas pelo Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014). Além disso, somos um país no qual a insegurança alimentar cresceu de forma exponencial com a pandemia de Covid-19 (Rover; Darolt, 2021; Vigisan, 2022).

As agricultoras e feirantes participam das feiras há um período que oscila entre 9 e 15 anos, e mesmo as mais jovens relatam que suas famílias já comercializavam nesse espaço anteriormente. Quando perguntadas sobre a importância econômica da feira, quatro (2, 3, 4, 5) informaram que toda a renda da família vem dessa atividade. Duas (6 e 7) disseram que 60% da renda vem da feira e 40% da pecuária leiteira. Uma (1) afirmou que 30% da renda vem da feira e 70% da aposentadoria. As agricultoras 6 e 7 possuem as maiores áreas de produção, com 48,4 e 24,2 hectares, respectivamente.

Todas as entrevistadas indicaram que participar das feiras trouxe mudanças em suas vidas, inclusive para as agricultoras e feirantes 1, 2, 4, 6 e 7, essa atividade representou a primeira renda própria. A feirante 3 mencionou outras mudanças, como a decisão de retornar ao meio rural. Elas utilizam o dinheiro da feira para compras domésticas, itens pessoais e educação dos filhos. A agricultora e feirante 1 usa a renda para esses fins e para aquisição de medicamentos. A agricultora e feirante 2 utiliza a renda para compras domésticas e para pagar os estudos dos filhos. Ela afirmou que a renda de sua fábrica de defumados permitiu a graduação de um filho em Agronomia e permite manter o segundo cursando Agronegócio, destacando que essa é sua única fonte de sobrevivência.



A importância da obtenção de renda própria ou do aumento na renda familiar, a partir da participação na feira, também foi destacado por Santos *et al.* (2022) em suas pesquisas.

A partir da relevância atribuída por essas mulheres à participação nas feiras, se buscou conhecer como tal vivência vem contribuindo para o desenvolvimento de autonomia, conteúdo que está apresentado na próxima seção.

4 A PARTICIPAÇÃO NA FEIRA E A RELAÇÃO COM AUTONOMIA

Foi possível constatar que as feiras foram fundamentais para que as agricultoras/feirantes tenham iniciado o processo de desenvolvimento da autonomia, assumindo papéis antes não executados (Freire, 1996). Segundo o autor, o processo em que a autonomia é construída pela assunção destes novos papéis, não é estático ou definitivo. Ao longo dos anos, a evolução segue acontecendo, como uma construção individual e/ou coletiva dessas mulheres, de modo que os avanços na construção da autonomia são observados no meio social, na cultura e no aspecto financeiro.

O verbo “assumir” foi frequente nos relatos das agricultoras e feirantes que participaram dessa pesquisa. Tal ação está relacionada ao papel que as mulheres relatam desempenhar enquanto provedoras de renda no núcleo familiar, tendo na atuação nas feiras um marco importante. A função que relatam ter assumido abre o espaço para essas mulheres para contribuir nas decisões sobre o uso da terra, formas de produzir, de organizar e comercializar, ou seja, permite que passem a tomar decisões ou contribuir naquelas que são tomadas dentro das unidades familiares e na sociedade em que convivem (Freire, 1996).

Isso fica ilustrado em manifestações como a da agricultora e feirante 6, a qual não tinha renda própria antes de participar da feira, os recursos da família eram provenientes da produção leiteira que até então se constituía como a única renda da família e que a entrevistada não considerava sua. Segundo ela, a inserção na feira ocorreu pois “*sempre plantei verdura, não consumia tudo e perdia muita coisa. Então comecei a entregar parte para a prefeitura, e acabava sobrando mesmo assim. Então, resolvi comercializar na feira*” (Agricultora e feirante 6). E, apesar de seu marido, inicialmente, não confiar no potencial da feira ela insistiu e como resultado, esse canal passou a



representar 60% da renda de sua família. Segundo ela, a vida melhorou depois de se inserir na feira, pois a família trabalha mais tempo em conjunto e acaba convivendo mais.

A atuação nas feiras proporcionou visibilidade ao trabalho das mulheres agricultoras, inserindo-as em espaços públicos onde comercializam os produtos de seu trabalho. Os relatos indicam que essa nova realidade modifica o processo produtivo nas unidades familiares e amplia o poder decisório dessas mulheres. Apesar das limitações existentes, as feiras representam uma política pública relevante para a vida dessas mulheres e de suas famílias. Esses resultados apresentados contribuem para reduzir (ao menos em parte) as múltiplas problemáticas que impactam o desenvolvimento da autonomia feminina, destacadas por Herrera (2016), incluindo a desigualdade social, a cultura patriarcal, a desvalorização do trabalho das mulheres, a violência doméstica e o analfabetismo.

Freire (1996), ao caracterizar o desenvolvimento da autonomia, destaca a importância da integração e participação na sociedade, ampliação da comunicação e atuação. Com base na abordagem do autor, podemos afirmar que é importante o ato de rebelar-se contra realidades opressivas às quais as mulheres são submetidas. Nesse aspecto, cabe destacar que as agricultoras e feirantes pesquisadas não reconhecem posição de submissão e opressão, e se mostram satisfeitas com as conquistas que foram obtendo após a inserção nas feiras.

Antes de atuarem nas feiras, essas mulheres se sentiam coadjuvantes na unidade familiar de produção, executando trabalhos domésticos, cultivando hortaliças e participando nas principais atividades agrícolas como o cultivo de soja, milho e a produção de leite. Com a atuação nas feiras, elas passaram a ter poder de decisão nas atividades produtivas da propriedade. Para a maioria, isso ocorreu em todas as atividades, sendo mais evidente na produção dos itens comercializados na feira. Tornaram-se protagonistas na alocação da renda obtida, decidindo sobre compras que variam desde insumos para a produção até serviços de lazer. Esses aspectos indicam que sua autonomia nas decisões familiares foi ampliada, pois passaram a avaliar, questionar e tomar decisões, conforme destacado por Freire (1996).

Nas falas das mulheres, fica explícito que a atuação na feira lhes traz um sentimento de trabalho valorizado. Elas gostam do contato direto com os consumidores, com quem desenvolvem sua comunicação, interagem, trocam informações, criam laços de proximidade e afinidades. Exemplo desse sentimento aparece nos comentários da Agricultora e feirante 2, *“sou eu quem atendo, gosto de fazer isso, quando eu tiro férias os clientes perguntam onde estou”*. A Agricultora e feirante 4 vê como positivo o acesso aos espaços sociais que a atuação na feira permite. A



Agricultora e Feirante 6 considera importante o contato com as pessoas e se sente conhecida por todos que frequentam a feira.

A agricultora e feirante 3 realiza todo o trabalho de comercialização e interação com os clientes, não apenas na feira, mas também em outros canais curtos de comercialização nos quais ela e sua família participam. *"Fazemos entrega em residências e encomendas em restaurantes. Eu que venho dirigindo, faço a entrega e recebo os pagamentos."* Ela acrescenta que, ao retornar à unidade de produção da família, mudanças ocorreram: *"Passamos a utilizar estufa, temos irrigação, tentamos acompanhar o mercado e, mesmo que meus pais queiram parar, eu pretendo continuar na propriedade."* A jovem afirma que a renda atual da família provém integralmente da feira, permitindo-lhe adquirir produtos, fazer cursos e viagens. Ela valoriza sua interação com os consumidores, pois isso lhe permite conhecer e interagir com novas pessoas. Nesse caso, é evidente que a família apoia seu trabalho na unidade de produção e acolhe suas sugestões, que já promoveram mudanças no processo produtivo e na forma de obter a renda. Esse é um exemplo de sucessão observado entre as entrevistadas.

Mas também há relatos de quem sente mais obstáculos em tais relações com os consumidores. A Agricultora e feirante 1 considera importantes as relações sociais estabelecidas por meio do seu trabalho na feira, mas relatou dificuldade em vender os produtos, preferindo o processo de produção: *"Aqui na feira é bom pois saímos de casa, a gente conhece, conversa com pessoas, às vezes troca os produtos, mas eu não gosto muito de vender, eu gosto de fazer, aí o esposo é que vende mais"*.

O protagonismo das agricultoras e feirantes é evidenciado por sua maior participação nas decisões sobre o processo produtivo na unidade familiar, contribuindo significativamente para a sustentabilidade ambiental. Antes de atuarem nas feiras, a produção agrícola dessas famílias estava vinculada às commodities e, mesmo em áreas pequenas, todas utilizavam insumos químicos, agrotóxicos, mecanização e crédito de instituições financeiras para monoculturas. Com a comercialização de produtos na feira, essas mulheres relataram mudanças no perfil produtivo das propriedades, adotando sistemas mais sustentáveis. Isso pode ter sido impulsionado pela necessidade de atender às demandas dos consumidores, que passaram a contribuir para a renda dessas mulheres e suas famílias.

A modernização conservadora implementada no campo brasileiro (Delgado, 2012) resultou em queda da produção de alimentos, principalmente daqueles sem agrotóxicos (Alentejano, 2020).



Neste contexto, a oferta de produtos *in natura* e minimamente processados que não contenham agrotóxicos é fundamental para que a sociedade possa ter melhor qualidade de vida.

Quanto às mudanças no processo produtivo das famílias das mulheres entrevistadas, quatro estão adotando iniciativas de transição para um sistema de produção orgânica, enquanto as demais continuam produzindo soja, milho e outras culturas convencionais. As agricultoras 4 e 6 já possuem certificação orgânica, e a 3 está em processo de adequação para obter o certificado. A agricultora e feirante 5 afirma que, na sua propriedade, parte é destinada a pasto, mata, banhado e reserva, mas a maior parte, cerca de 1,5 alqueires, é de verduras. Ela está participando de um programa da prefeitura para certificar 500 m² como orgânicos e já produz feijão orgânico para consumo. Nos outros casos, mencionaram que estão ajustando as propriedades para reduzir o uso de insumos químicos, diminuir os custos com máquinas agrícolas e buscar menor dependência de crédito bancário. Duas das entrevistadas admitiram que ainda usam agrotóxicos na produção, mas que isso não ocorre nos produtos vendidos na feira.

Na medida em que essas mulheres passam a atuar de forma mais efetiva na redução ou eliminação do uso de agrotóxicos na propriedade, passam a contribuir com melhorias na qualidade de vida da família via produção de alimentos saudáveis. Tal comportamento se insere nas perspectivas da segurança alimentar e esta mudança se estende para além dos membros da família, uma vez que menos agrotóxicos são benéficos para a natureza e toda a sociedade (Silva *et al.*, 2017; Atlas dos Agrotóxicos, 2018; Artacker, Castro, 2020). Assim, é possível constatar um protagonismo ambiental que vem sendo construído por estas mulheres, ao que parece resultante da interação com os consumidores via feira. Inclusive com a retomada de técnicas tradicionais ou adoção de métodos com menor agressão ao meio ambiente, como é o caso da redução no uso de agrotóxicos.

Os relatos indicam que, dentre as agricultoras e feirantes, há aquelas que resgataram práticas tradicionais de produção e outras que passaram a ter mais influência nas escolhas dos métodos de produção, assim como em decisões pessoais e que envolvem as famílias. A preservação de conhecimentos e as alterações que as agricultoras e feirantes relatam estão inseridas em uma heterogeneidade cultural, manifesta em distintas ruralidades, nas quais elas constituem seus modos de vida e de trabalho (Jahn; Santos; Rodrigues, 2020).

Entre as sete agricultoras e feirantes estudadas, foram observados aspectos relacionados à sucessão rural. A Agricultora e feirante 3 retornou ao campo após experiências urbanas, com a intenção de suceder os pais nas atividades agrícolas. Embora satisfeita financeiramente com a vida urbana, ela não estava bem emocionalmente. Ao voltar para a agricultura, propôs e implementou



mudanças na produção e comercialização, que foram aceitas pelos pais, especialmente na produção de leite e horticultura. Em contraste, a Agricultora e feirante 2 não vê perspectiva de sucessão, pois nenhum de seus filhos demonstra interesse em continuar nas atividades agrícolas ou na feira, apesar da estabilidade financeira alcançada com o protagonismo dela.

No caso daquelas que têm filhos, aparecem preocupações com o desinteresse dos mais jovens em dar prosseguimento às atividades hoje desenvolvidas por estas mulheres: “*eu até falei pras noras, que eu podia parar e elas fazer, mas elas não quer (querem) né*” (Agricultora e feirante 1). Há casos em que os filhos permanecem no meio rural e são agricultores, mas constituem a minoria dos casos. A postura dos jovens de preferir trabalhos urbanos, em detrimento daqueles que são realizados no campo, é explicada por Maziero *et al.* (2018), segundo os quais há uma valorização da área urbana pelos projetos de infraestrutura e a disseminação da ideia de que é um local com maior qualidade de vida. A baixa adesão dos jovens à sucessão familiar na agricultura familiar já foi constatada nos estudos de Abramovay (1998) e Stropasolas (2006), sendo que os resultados destas duas publicações são semelhantes ao que foi observado na pesquisa aqui apresentada.

É importante destacar ainda o papel destas mulheres nas decisões das filhas mulheres, visto que no papel de geradoras de renda, as agricultoras e feirantes no papel de mães fornecem às filhas a possibilidade de estudar, trabalhar em outras áreas distantes da propriedade o que parece indicar uma tentativa de afastar as filhas da submissão ao patriarcado. Condição que Delphy (1983) caracteriza como aquela em que o homem é o sujeito universal de geração de renda e do domínio familiar.

Para além dos ganhos que as mulheres feirantes destacaram a partir da atuação nas feiras, é indispensável destacar as dificuldades que no papel de mulher as agricultoras e feirantes vivenciam. Neste sentido se insere a extensa jornada de trabalho que vivenciam. Em todos os casos há referências sobre acordar cedo, trabalhar muito durante o dia e dormir tarde. Hoffmann, Gubert e Basso (2023) em sua pesquisa também apontam a sobrecarga que ainda reside nos trabalhos domésticos sobre a mulher.

As diversas jornadas de trabalho das mulheres aparecem nestas entrevistas nas palavras da Agricultora e feirante 4, segundo a qual “*Acordo e vou pra estrebaria, tiro leite, na volta tomo um banho e começo lidar com as massas, onde fico até 20, 21 e até 22 horas da noite para dar conta. Faço isso principalmente nas sextas-feiras pois no sábado é a feira*”. Em sua fala expressa que o marido lhe auxilia a tirar o leite ao meio-dia para que ela possa ficar trabalhando nas massas. A Agricultora e feirante 6 também apresenta uma jornada diária de trabalho intenso “*Eu começo às 7*



horas da manhã e paro às 10 da noite, mas todo mundo lá tem esse ritmo, cada um com sua tarefa, eu mais fabrico e ajudo na horta, aí com as vacas eu tiro leite com o menino e ele trata as vacas e minha filha cuida sozinha da casa”.

A agricultora e feirante 5 menciona que *“tiro leite, planto, faço massa de manhã, vou pra estrebaria, volto, tomo banho e começo a lidar com massas até 8, 9 da noite, às vezes as 10 horas da noite (...) Agora vendo panificação, verduras, queijo”*, ou seja, para alcançar os resultados positivos da participação na feira há uma extensa jornada a ser cumprida e que não conta com uma divisão igualitária em todas as tarefas, especialmente nas domésticas.

Nas manifestações das agricultoras feirantes, constam relatos sobre divisão de trabalho com maridos e outros membros da família na unidade de produção, entretanto não aparecem evidências de deslocamento do trabalho doméstico para os homens da família. Nos depoimentos das mulheres, houve referência sobre a divisão de trabalhos na unidade de produção, entretanto não foram identificados comentários sobre esta divisão nas atividades domésticas. No trabalho de cuidados, também aparece a manifestação da Agricultora e Feirante 7 *“Atividade de lazer só tem os passeios com a família, porque meu sogro está doente e eu tenho que cuidar dele, então viajar longe, nem pensar”*. Nesse contexto, a sobrecarga que recai sobre as mulheres dos trabalhos na casa e na unidade de produção ainda é um contexto difícil de ser modificado (Guimarães; Gonçalves, 2017; Cunha; Parente, 2021).

O deslocamento das atividades produtivas e de renda para as mulheres é um aspecto positivo e relevante para se considerar nas relações sociais de gênero do meio rural e da agricultura de base familiar, no entanto não se pode deixar de mencionar a ausência de avanços na divisão do trabalho doméstico e de cuidados. Lorenzoni, Seriberg e Collet (2020) afirmam que grande parte das mulheres rurais têm uma tripla jornada de trabalho, cuidam da casa, dos filhos e trabalham na lavoura. No caso das mulheres que participaram dessa pesquisa, ainda podemos acrescentar o trabalho na comercialização de produtos.

As transformações, relatadas, envolvem as atividades nas quais as mulheres atuam, às quais passaram de envolvimento apenas na esfera privada da família para uma atuação perante a sociedade, com reconhecimento sobre a obtenção da renda e consequente aumento no poder de decisão, mas sem uma divisão equitativa da carga de trabalho dentro da unidade produtiva, nas atividades domésticas e de cuidados. Silva *et al.* (2017), destacam que a comercialização em circuitos curtos, tais como nas feiras, oportuniza mudanças positivas para as mulheres na medida em que amplia a visibilidade do seu trabalho e se constitui em ferramenta para alcançar



independência financeira. Entretanto, a sobrecarga de trabalho continua sendo um problema a ser resolvido, visto que as atividades domésticas e de cuidados permanecem sendo consideradas como trabalho delas. Nesse aspecto se constata a necessidade de mudanças ainda no sentido de que o trabalho do lar seja considerado uma responsabilidade de todos, conforme destacam Delphy (1983) e Sorj e Fontes (2012).

A emancipação relativa corrobora com a teoria de Marakan (2018) de que a autonomia da mulher pode ser alcançada de forma tridimensional (social, econômica e cultura), e que a conquista da autonomia em apenas uma ou duas das dimensões, embora seja um importante avanço, ainda não possibilita a plena autonomia das pesquisadas. Assim, no caso dessas sete mulheres, é possível constatar que está em curso um processo de desenvolvimento, com conquistas evidentes e desafios a serem superados. Esse processo de construção da autonomia, ainda que parcial, para o qual a atuação em feiras tem um papel essencial, indica uma mudança paradigmática (Gutiérrez, 2018) uma vez que promoveu mudanças relevantes na vida destas mulheres, ainda que permaneçam desafios a serem superados.

No que diz respeito à maior autonomia, são notórios os resultados na ampliação do poder decisório dentro da família e da unidade de produção. Ficam evidentes aspectos que contribuem para ganhos nas dimensões econômica (pelo aumento da renda familiar após a atuação na feira) e ambiental (pelas mudanças no processo produtivo, ampliando o compromisso com produção mais saudável). Nesse contexto, é essencial valorizar as políticas públicas tais como a criação das feiras livres de comercialização a nível municipal. Espaços que criam oportunidades para que mulheres, como as agricultoras e feirantes desta pesquisa, deixem de ser invisíveis e possam transformar suas atividades e em extensão suas vidas (Leite, 2020).

A força, a coragem, capacidade para aprender, inventar, adquirir novos conhecimentos são características dessas mulheres, que ao assumir o papel de agricultoras e feirantes modificaram sua condição por meio do trabalho na família e na unidade de produção. Esta busca por protagonismo foi promovendo mudanças, quer na família ou na sociedade, contribuindo para construção de maior autonomia com o passar do tempo. Os desafios para elas estão na melhor distribuição de sua extensa jornada de trabalho que ainda as sobrecarrega.

5 CONCLUSÃO



A pesquisa realizada com agricultoras e feirantes de Palmital e Pitanga, no Paraná, que comercializam produtos nas feiras livres locais, buscou identificar e analisar mudanças econômicas, sociais, ambientais e culturais, verificando como essa atuação contribui para o desenvolvimento da autonomia dessas mulheres. Os relatos indicam que elas deixaram de ser invisíveis nas famílias e na sociedade, passando a influenciar e tomar decisões tanto no espaço familiar quanto produtivo, deixando de ser apenas coadjuvantes dos homens.

Na dimensão econômica a atuação na feira permitiu que estas mulheres passassem a dispor de uma renda, identificada como sua, para satisfazer necessidades. E, na medida em que foram contribuindo para a ampliação da renda da família, passaram a contar com maior respeito e colaboração, especialmente de maridos e pais, em relação às atividades que envolvem a feira.

Adicionalmente às manifestações das agricultoras e feirantes, há indicações de que, a partir da atuação nas feiras, passaram a influenciar e/ou tomar decisões em relação ao processo produtivo adotado. Esse maior poder de decisão refletiu em uma produção mais sustentável se comparada ao período anterior à atuação nas feiras, inclusive com certificação orgânica de algumas destas unidades de produção e nos outros casos com redução do uso de agrotóxicos, sendo essas mudanças na dimensão ambiental.

Na amostra pesquisada foram encontradas duas mulheres jovens, das quais uma atua na unidade de produção e pretende suceder seus pais. Entretanto, em relação aos filhos e filhas daquelas que são mães, em apenas um caso os filhos estão na atividade agrícola e ali pretendem permanecer, nos demais casos as mulheres manifestam que estes jovens não devem suceder seus pais na agricultura.

Quanto às mudanças nas relações sociais de gênero no meio rural, é possível observar uma reorganização em relação ao trabalho, com uma divisão das tarefas produtivas e naquelas que envolvem a feira. Entretanto, nas atividades domésticas e de cuidados não é observada esta divisão de responsabilidades. Aspecto que resulta na sobrecarga que as mulheres vivenciam, com as múltiplas jornadas que precisam cumprir.

Assim, em relação à construção da autonomia destas mulheres, a partir da atuação nas feiras, foram mencionadas ações como assumir, gerenciar, decidir que apontam para a construção deste processo. Por outro lado, comportamentos que envolvem rebelar, questionar não foram explicitados nos relatos das entrevistadas. Conquistas foram alcançadas nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, apesar de não ser possível afirmar que há uma autonomia plena.



A presente pesquisa aqui proposta poderá ser complementada por estudos futuros que analisem a realidade destas mulheres ao longo de sua história, ou mesmo que façam comparações entre a autonomia desenvolvida por mulheres que são agricultoras e feirantes e outras que sejam apenas agricultoras. Ainda, em relação à sobrecarga de trabalho das mulheres, poderão ser desenvolvidos estudos para identificar possibilidades de melhor divisão de tarefas nas atividades domésticas e nos cuidados.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo (coord.). **Juventude e Agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

ADELMAN, Miriam. As mulheres no mundo equestre: forjando corporalidades e subjetividades 'diferentes'. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 19, p. 931–54. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000300015>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000300015>. Acesso em: 16 out. 2021.

ALENTEJANO, Paulo. A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e reforma agrária no Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 42, v. 4, p. 251-285, 2020.

ANDERSSON, Fabiana da Silva. **Processos de empoderamento e a agroecologia: valorizando o trabalho das mulheres rurais?** 2015. 197f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 e suas alterações**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 1 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CÂMARA, Andreza Aparecida Franco; MAIA, Laís Gomes; SOUZA, Palloma Constantino de; SOARES, Paulo Brasil Dill. Mulheres e Agroecologia: um olhar feminino sobre o setor de comercialização em feiras agroecológicas do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Osvaldo de Oliveira, Macaé/Rio de Janeiro. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 30, e023038. 2023.

CARDOSO, Maria Vitoria Silva; BERRAOUI, Mara Rita Duarte de Oliveira; PEREIRA, Francisco Vitor Macêdo. Educação e trabalho: trajetórias de vida de mulheres feirantes em Baturité (CE). **Educação em Debate**, Fortaleza, ano 46, n. 93, set./dez. 2024.

CARVALHO, Soraia Martins de; BEZERRA, Islandia; RIGON, Silvia do Amaral; CASSARINO, Julian Perez. Feiras Orgânicas enquanto política de abastecimento alimentar e promoção da saúde: um estudo de caso. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. especial 2, p. 542-554, jun. 2022.



CASTRO, Belén Valencia; ARTACKER, Tamara; ORTIZ, Alejandra Santillana. **En el centro la vida: mujeres rurales tejiendo cuidado y movilización.** [s.l.: s.n.], 2020. Disponível em: <https://www.clacso.org/en-el-centro-la-vida-mujeres-rurales-tejiendo-cuidado-y-movilizacion/?fbclid=IwAR2yzWduNu8jnrLVISNfLq3sOV6SVP958JbLSagj1odXYZdki> Acesso em: 11 nov. 2021.

CORONA, Hieda Maria Pagliosa; VASQUES, Samuel Tafernaberri Vasques; GODOY, Itamar Godoy. Dinâmicas socioeconômicas dos feirantes agricultores familiares de Chapecó (SC). **Redes** – Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 1, janeiro-abril, 2018.

CUNHA, Maria Aparecida Fernandes Viana; PARENTE, Temis Gomes. Na antessala da divisão sexual do trabalho: mulheres reassentadas e a aplicabilidade dos programas institucionais. **Humanidades & Inovação**, [s.l.], v. 8, n. 39, p. 240-255, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5456> Acesso em 12 nov. 2021.

DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. 144 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo, Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Soraia de Mello; GONÇALVES, Raquel Quirino. Relações de gênero e divisão sexual do trabalho no meio rural: interlocuções com o movimento social “marcha das margaridas”. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 231-251, 2017. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2017v2n1p231>.

GUTIÉRREZ, Gilberto Valdés. Reflexiones Ético-Políticas Desde Los Talleres de Paradigmas Emancipatorios. In: LEYVA, Xochitl et al. **Prácticas Otras de Conocimiento(s): Entre Crisis, Entre Guerras.** Tomo II, CLACSO, 2018, p. 321–348. <https://doi.org/10.2307/j.ctvn96g1f.16>.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 35-45, 2001.

HERRERA, Karolyna Marin. Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de *care*. **Política & Sociedade**, [s.l.], v. 15, p. 208–233, 2016.

HOFFMANN, Glauci Aline; GUBERT, Flavia Piccinin Paz; BASSO, Dirceu. O empoderamento feminino e as cadeias curtas: uma análise da feira do produtor rural de Marechal Cândido Rondon/PR e espaços conexos. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 14, n. 9, p. 15800-15820, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE-Cidades. Panorama de Palmital, PR, 2022.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/palmital/panorama>. Acesso em: 29 jul. 2022a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades. Panorama de Pitanga, PR, 2022.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pitanga/panorama> Acesso em: 29 jul. 2022b.



IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). **Caderno Estatístico do Município de Palmital**. 2024a. Disponível: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85270&btOk=ok> Acesso em: 1 abr. 2024a.

IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). **Caderno Estatístico do Município de Pitanga**. 2024b. Disponível: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85200&btOk=ok> Acesso em: 1 abr. 2024b.

JAHN, Elisiane de Fátima; SANTOS, Geneci Ribeiro dos; RODRIGUES, Sandra Marli da Rocha. Economia feminista e as mulheres camponesas. *In: MEZADRI, Adriana Maria et al. Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências do movimento de mulheres camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 133-144.

LEITE, Sergio Pereira. Ruralidades, enfoque territorial e políticas públicas diferenciadas para o desenvolvimento rural brasileiro: uma agenda perdida? 2020. **Revista e Sociedade Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 227-254, 2020.

LORENZONI, Carmen; SEIBERG, Iridiani Gracieli; COLLET, Zenaide. Movimento de Mulheres Camponesas veredas de muitas histórias. *In: MEZADRI Adriana Maria et al., Feminismo Camponês Popular: Reflexões a partir de experiências de mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas*. São Paulo: Editora Outras expressões, 2020. p. 13-31.

MAZIERO, Celí et al. O lazer como fator de permanência e reprodução social no meio rural: estudo do município de Saudade do Iguaçu, PR. **Interações**, Campo Grande, v. 20, p. 509-522, 2018.

MELO Hildete Pereira de; MORANDI, Lucilene. Mensurar o trabalho não pago no Brasil: uma proposta metodológica. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 1 (71), p. 187-210, 2021.

OXFAM Brasil. Tempo de Cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global de desigualdade. **Documento informativo da Oxfam**. Janeiro de 2020.

ROCHA RODRIGUES, Sandra Marli da. **Women's autonomy through work: a case study on production and marketing in agroecological fairs of Foz do Iguaçu / Pr.** 2019. 136 f. Dissertation (Master in Society, Culture and Borders) - State University of Western Paraná - UNIOESTE, Foz do Iguaçu – Paraná, 2019.

ROVER, Oscar José; DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos Curtos De Comercialização Como Inovação Social Que Valoriza A Agricultura Familiar Agroecológica. *In: DAROLT, M. R.; ROVER, O. J. Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social*. Florianópolis, SC: Estúdio Semprelo, 2021. p. 19-44.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (org.). **ATLAS do agronegócio. Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. 60 p.

SANTOS, Zilda Joaquina Cohen Gama dos; SILVA, Gisele Alves; EVANGELISTA, Ana Carla dos Santos; SOUSA, Breno Pinho. Elas no poder: economia solidária e participação feminina na feira da agricultura familiar da UFOPA. **Nau Social: Amazônia e Gestão Social**, [s.l.], v. 13, n. 24, p. 1055-1072, 2022.

SANTOS, Geneci Ribeiro dos; MARQUES, Siomara Aparecida; LEANDRINI, Josimeire Aparecida. Sementes de uma economia camponesa, feminista e agroecológica presentes na prática



dos quintais produtivos das mulheres camponesas do MMC/SC. *Grifos*, [s.l.], v. 32, n. 60, 2023. <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v32i60.7322>.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, Hubert Carton de; MARTINEZ VALLE, Luciano (org.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. Quito, Equador: Ed. Flacso – Serie FORO, 2009. 1 v. p. 132-161.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. A agricultura familiar no Brasil. **Serie Documentos de Trabajo**, n.145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para El Desarrollo. *Rimisp*, Santiago, Chile, 2013. 93 p. Disponível em: https://www.rimisp.org/wpcontent/files_mf/1438617722145AgriculturaFamiliarBrasil_Shneider_Cassol_editado.pdf Acesso em: 26 set. 2021.

SHIOTA, Hanae Caroline Quintana; DORSA, Arlinda Cantero. O estado da arte e as técnicas de análise de conteúdo segundo Laurence Bardin. [s.l.]: Conselho Editorial Life Editora, 2021. p. 35.

SILVA, Monica Nardini da *et al.* A agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização de alimentos: estudo de caso da feira livre do município de Jaguarão, RS, Brasil. **Revista Espacios**, [s.l.], v. 38, n. 47, não paginado, 2017. Disponível em: <http://es.revistaespacios.com/a17v38n47/a17v38n47p07.pdf> Acesso em: 2 out. 2021.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: UFSC, 2006. 346 p.

VALADARES, Alexandre Arbex. Agricultura Familiar (AF) no Brasil: um panorama da produção, do perfil e dos sinais de mudanças entre os censos agropecuários de 2006 e 2017. In: SANTOS, Gesmar R. dos; SILVA, Rodrigo P. da (org.). **Agricultura e diversidades: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2022.

VIGISAN. **II Inquérito Nacional sobre insegurança alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (livro eletrônico)**. II Vigisan: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN – São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 333p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 17. Processos sociais Agrários, 20., Caxambu, MG, 1996. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/Texto%205.pdf> Acesso em: 23 set. 2021.

